

Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,

Ref. ao Pregão Eletrônico nº 90007/2024

Processo nº: 19958.100351/2023-33

ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A, já qualificada nos autos da licitação em epígrafe, por intermédio de seu procurador, vem, tempestivamente, com fulcro no artigo 165, § 2º, da Lei n. 14.133/2021 c/c item 11.7 do Edital, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto pela empresa IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA LTDA, mediante as razões de fato e de direito anexas.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2024.

ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A

CONTRARRAZÕES

I – DOS FATOS E ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Além da proposta da Recorrente estar inadequada, foi verificado que a licitante não atendeu a inúmeros requisitos de qualificação técnica, quais sejam, 8.36.4, 8.36.9, 8.36.14 a 8.36.16, 8.43.1.2.3, 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência.

No decorrer do certame, conforme mensagens do chat constantes no Termo de Julgamento, em 18.09.2024, foi concedida à Recorrente a oportunidade de prestar esclarecimentos por meio de diligência. Na ocasião, a Recorrente se manifestou sem, contudo, apresentar documentos ou fundamentos que sustentassem seus argumentos, motivo pelo qual foi inabilitada.

Irresignada com a decisão, a Recorrente interpôs recurso, de mesmo teor da manifestação já apresentada e apreciada por essa r. Administração, como tentativa derradeira de ser habilitada no certame.

Além de reproduzir sua manifestação prévia, destacou:

No que tange ao item 8.36.16 do Termo de Referência, alega que não seria possível exigir o credenciamento junto ao corpo de bombeiro como documento de habilitação;

Afirma que a Recorrente possui capacidade técnica muito superior ao objeto licitado;

Aduz que o edital apenas teria exigido experiência anterior da equipe, de cinco anos, sem determinar a forma como seria aferida, razão por que o comprovante de inscrição no órgão competente seria documento hábil para tanto;

Em relação ao arquiteto Antônio, seria desarrazoado presumir que esse não possui experiência na área, haja vista possuir registro profissional há mais de 40 anos.

Ao final, requer a reconsideração da decisão para que a Recorrente seja habilitada.

II – DO MÉRITO

Com base nos argumentos apresentados, nota-se que o recurso interposto não deve prosperar, pois não foi capaz de arrancar a decisão proferida, porquanto esta se demonstra correta e em harmonia com o ordenamento jurídico vigente, em observância à isonomia e à legalidade.

Antes de adentrar ao mérito, convém destacar que a Recorrente **reportou-se *ipsis litteris*** à sua manifestação prévia, a qual já fora indeferida por essa Administração fundamentadamente, segundo se observa do Termo de Julgamento:

Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 15:00:21	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:00:00 de 18/09/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A, CNPJ 05.208.211/0001-38.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 16:55:18	Prezada licitante, segue análise da diligência.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 16:56:53	1) Quanto ao atendimento do item 8.36.4 do TR. Resposta CGENG: Não foi possível confirmar a informação. A empresa não endereçou devidamente o atestado a ser aplicado. Os atestados apresentados anteriormente não corroboram a informação. A licitante não apresentou documentação relativa ao item como anexo da diligência.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 16:57:15	2) Quanto ao atendimento do item 8.36.9 do TR. Resposta CGENG: Não foi apresentada documentação comprobatória. Ressaltamos que foram apresentados os atestados conforme os documentos "8.36 Atestado de capacidade técnica Leonardo - BB Eletricista", "8.36 - Atestado de capacidade técnica CAT BB RJ Andaraí 2017", "8.36 - Atestado de capacidade técnica CAT BBDF PE 2014" e "8.43.1.1 - CAT Robson Nunes - BB - DF 2020 - Civil" todos com (...)
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 16:57:28	(...) relação de atuação ao Banco do Brasil. Todavia, a explicação fornecida não indica qual dos atestados se refere. Assim, não há como acolher a justificativa apresentada.

Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 16:59:30	3) Quanto ao atendimento do item 8.36.14 do TR. Resposta CGENG: A licitante informou no chat do site compras.gov.br o atendimento do item conforme "conforme atestado do Banco do Brasil - Andaraí página 11, e atestado Banco do Brasil DF página 7". Em ambos os atestados não há menção de realização desta rotina de manutenção nos equipamentos. (...)
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 16:59:40	(...) Não foram trazidas documentos ou justificativas adicionais na Resposta - Diligência nº 01 - In Haus (3378919) ou Anexo - Resposta Diligência nº 02 (3378951). Assim não há como acolher as justificativas apresentadas.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 16:59:56	4) Quanto ao atendimento do item 8.36.15 do TR. Resposta CGENG: Não foi apresentada documentação relativa ao item. Assim o item não está atendido.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 17:00:19	5) Quanto ao atendimento do item 8.36.16 do TR. Resposta CGENG: A licitante trouxe a certidão emitida em nome Attack Comercio de Sistemas Contra Incêndio Ltda. Informou, ainda que a subcontratação está permitida no Termo de Referência. Esclarecemos que esta atividade não está no rol de atividades cuja sub-contratação está permitida e, dessa forma, não há como acolher a justificativa da licitante.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 17:00:40	6) Quanto ao atendimento do item 8.43.1.2.3 do TR. Resposta CGENG: A licitante registrou no chat do site compras.gov.br o atendimento do item conforme "conforme CAT - Alexandre Pag 2". Pela análise do documento, informamos que que a ART nº 072020000122 informa como atividade a "GESTÃO MANUTENÇÃO EM TODA ÁREA MECÂNICA" enquanto o Contrato relativo à esta estabelece a atividade "TODO GERENCIAMENTO TÉCNICO". (...)
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 17:01:03	(...) Não encontramos ligação entre a ART carreada e o Contrato e as informações trazidas não permitem esta extrapolação e, dessa forma, não há como acolher as justificativas.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 17:01:24	7) Quanto ao atendimento do item 8.43.1.3.1. do TR. Resposta CGENG: A licitante registrou no chat do site compras.gov.br o atendimento do item conforme "Conforme declaração de equipe técnica e registro no CAU que comprova mais de 5 anos de experiência" e ainda complementou na Resposta - Diligência nº 01 - In Haus (3378919) que possui corpo técnico com essa experiência. (...)
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 17:02:14	(...) Todavia, não trouxe atestados emitidos pelo CAU/BR, ou regional, com essa comprovação, sendo apenas informado a data de concessão do registro profissional. Informamos que para a Arquitera DALIANA APARECIDA PATUSSI temos 4 anos e 10 meses de registro profissional e para o Arquiteto ANTONIO ROGES MARGARIN a 8.43.1.3 - DECLARACAO DE COMPROMISSO DE VINCULACAO CONTRATUAL FUTURA - ANTONIO não trouxe comprovação de execução de trabalhos (...)
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 17:02:35	(...) técnicos relativos ao item. Ainda trouxe a licitante o "registro de quitacao daiana.pdf" no Anexo - Resposta Diligência nº 02 (3378951), informação esta já apurada por esta CGENG junto ao CAU/BR. Assim, apenas o registro profissional não é suficiente para comprovação de execução de trabalhos na área de atuação, e, portanto, não podemos acolher as justificativas apresentadas.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 17:03:22	8) Quanto ao atendimento do item 8.43.1.3.2 do TR. Resposta CGENG: Não foi apresentada documentação relativa ao item. Assim o item não está atendido.
Sistema para o participante 05.208.211/0001-38	18/09/2024 17:03:37	9) Quanto ao item 4 da diligência. Resposta CGENG: Conforme observamos na documentação, verificamos que as mesmas são sócias entre si, mas não resta evidente a participação e aplicabilidade de atestados entre as sócias. Careceriam de uma análise mais aprofundada mas, como não houve atendimento e apresentação dos itens referenciados acima, não será alvo de análise neste momento.

Por conseguinte, as razões recursais encontram-se prejudicadas pois **não trazem novos argumentos fático-jurídicos que impugnem a decisão**, em violação ao princípio da dialeticidade recurso, que se configura como um requisito extrínseco para o seu conhecimento.

II.1 – DA MANIFESTA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA RECORRENTE

Como narrado nos fatos, a Recorrente foi inabilitada por desrespeitar por **inúmeros** requisitos estabelecidos em edital, sem a apresentação de documentos que comprovem a sua capacidade técnica, nos termos estabelecidos em edital, mesmo após a promoção de diligência requerida pelo Sr. Pregoeiro. Nesse sentido, destaca-se que cai sobre a Recorrente o ônus de comprovar o atendimento

às exigências de qualificação técnica, ao passo que meras declarações não têm valor jurídico para fins de habilitação em processos licitatórios.

A despeito das razões já expostas por essa Administração para inabilitar a Recorrente – as quais não foram rebatidas na peça recursal – esta Contrarrazoante se reporta às justificativas já apresentadas, em homenagem à economicidade processual, assim como faz os seguintes apontamentos complementares:

II.1.a – Da Qualificação Técnico-Operacional

Inicialmente, convém esclarecer que a Recorrente se equivoca ao se valer do instituto da subcontratação para fins de qualificação técnica. Isso porque a possibilidade de subcontratação, prevista no item 4.3 do Termo de Referência, não compõe a parcela de maior relevância do contrato e está restrita a execução dos seguintes serviços:

4.3.5 A subcontratação será admitida na execução dos serviços conforme a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
4.	Serviços eventuais
5.	Serviços de montagem, desmontagem, fornecimento e instalação de divisórias
6.	Serviços de montagem e desmontagem e manutenção de mobiliário
7.	Serviços de sinalização visual
8.	Serviços de vidraçaria
9.	Serviços de manutenção de elevadores

O citado artigo 67, § 9º, da Lei n. 14.133/2021 faz alusão à possibilidade de se comprovar a qualificação técnica do potencial subcontratado. Por outro lado, os itens editalícios que levaram à inabilitação da Recorrente não guardam correlação com a parcela passível de subcontratação, mas sim de maior relevância do contrato, de modo que a comprovação de expertise prévia torna-se indispensável. Deste modo, não merece prosperar o seu argumento.

O item 8.36 do Termo de Referência, por sua vez, estabeleceu critérios mínimos e objetivos para se aferir a capacidade técnico-operacional das empresas que notoriamente não foram respeitados pela Recorrente. Para reforçar sua ausência de qualificação técnica, além dos itens flagrantemente não atendidos e constatados na fase de habilitação, acrescentam-se as seguintes irregularidades:

8.36.4. Comprovação de execução de projeto(s) e/ou fiscalização de obra(s) e/ou consultoria, na área de engenharia e/ou arquitetura, de modelagem digital BIM-3D de no mínimo 22.731,58 m² de área construída, com nível de detalhamento 200 (LOD 200);

Não atende. Ao observar o atestado BB DF KC (vigência:01/03/2016 a 28/02/2021 – Conbrás (CNPJ: 33.158.874/0001-20), não há descrição e outras informações necessárias quanto ao software utilizado.

8.36.7. Comprovação da execução de serviços em sistema de piso elevado com área de no mínimo 5.000 m²;

Não atende. Os atestados apresentados não dispõem do sistema de piso elevado com área de no mínimo 5.000 m².

8.36.13. Comprovação de que executou serviços de análise termográfica em quadros e barramentos elétricos de edifícios com área de 22.731,58 m²;

Não atende. Os atestados apresentados não dispõem da área mínima de 22.731,58 m².

8.36.14. Comprovação de que executou serviços de serviços de análise por equipamento de ultrassom em barramentos blindados (busway) com 1.250 KVA e com no mínimo 30 m de comprimento;

Não atende. Os atestados apresentados não demonstram o item acima.

8.36.15. Comprovação de que executou, no mínimo, 150 horas técnicas de consultoria/apoio técnico na área de engenharia e/ou arquitetura;

Não atende. Os atestados apresentados não demonstram o item acima.

8.36.16. Comprovação de credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) conforme NT 19 e NT 06 em plena validade;

Não atende. Em análise à CRD EMP-B/811-19 - validade 10/11/2023 a 09/11/2024 – nota-se ser prestadora de serviço de brigada de incêndio e não para manutenção dos sistemas de detecção e alarme de incêndio, na segurança e proteção de uma edificação, além de estar em nome da empresa TOP SERVICE, divergente da AGE de 18/07/2024.

No que concerne ao item 8.36.16 especificamente, ante o seu flagrante desatendimento, nota-se que a Recorrente busca **impugnar** o edital de forma extemporânea, o que viola o direito e, notadamente, o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, princípio este corolário da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias.

Por conseguinte, a Recorrente deixa de observar sua própria **declaração**, como condição de participação do Pregão, que está ciente e concorda os termos do Edital e seus Anexos, conforme itens 4.4 c/c 4.4.1, abaixo transcritos:

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o **licitante declarará**, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está **ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos**, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; (grifou-se)

Assim, torna-se despicienda a tentativa da Recorrente de trazer em debate a regularidade quanto ao credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros, seja por sua legalidade, seja por sua preclusão temporal.

Portanto, nesse tocante, os argumentos da Recorrente não podem ser conhecidos, haja vista sua contrariedade às regras editalícias, sendo este um momento inoportuno, o que se configuraria em **ilegalidade** e **quebra** de isonomia. Ademais, tampouco haveria **interesse recursal** nesse aspecto, haja vista que sua inabilitação persiste em razão de diversos outros itens supramencionados, sem afetar o resultado

II.1.b – Da Qualificação Técnico-Profissional

Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, o edital, de forma clara e objetiva, por meio do item 8.43.1 do Termo de Referência, estabelece o tempo e quais as atividades o arquiteto/engenheiro deverá possuir em seu acervo técnico, o que poderá ser comprovado meio da Certidão de Acervo Técnico (CAT), considerando o objeto licitado, como um serviço de engenharia.

Por sua vez, em uma interpretação singular e alheia ao edital, a Recorrente se atém somente ao tempo em que seus profissionais obtiveram registro junto aos Conselhos Profissionais, como se isso fosse o bastante. Contudo, isso apenas demonstra que o profissional está apto a exercer a atividade, mas não significa que, de fato, ele a exerce e tampouco qual seria a sua experiência no ramo específico da engenharia/arquitetura, em quais projetos trabalhou, sua complexidade etc.

Com efeito, a Recorrente parece desconhecer a Lei n. 6.496/1977, que instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), e a recente Resolução n. 1.137, de 31/03/2023, do CONFEA, a qual versa sobre a ART e o acervo técnico-profissional, dentre outros, em que se destaca o seu artigo 45:

Art. 45. O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.

No caso em apreço, sublinha-se que a Recorrente deixou de apresentar qualquer documentação que comprove a experiência dos profissionais nos serviços descritos nos itens 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência, mesmo após a solicitação do Sr. Pregoeiro por meio de diligência. Deste modo, não há outra opção a não ser sua inabilitação, como bem decidido, nos termos da lei.

IV – CONCLUSÃO

Diante das razões apresentadas, percebe-se que esta Recorrida atendeu aos ditames dos itens **8.36.4, 8.36.7, 8.36.9, 8.36.13, 8.36.14, 8.36.15, 8.36.16, 8.43.1.2.3, 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência**, anexo ao edital, ao passo que sua habilitação se revela acertada e necessária. Do contrário, haveria afronta à isonomia e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o que macularia o certame.

Como se vê, a Recorrente não apresentou qualquer argumento fático ou jurídico que sustente seu pedido, porquanto o recurso administrativo interposto não arranhou a decisão administrativa que habilitou a Recorrida, sustentando-se pelos seus próprios fundamentos. Decidir diferente, como deseja a Recorrente, seria incorrer em ilegalidade.

V – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Em face do exposto, requer a V. Sa.:

a) o recebimento destas Contrarrazões e seu encaminhamento à autoridade competente para julgamento;

b) ao final, seja **desprovido** o recurso administrativo ora atacado, para manter a habilitação e a adjudicação do objeto em favor da ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A;

Nesses termos,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2024.

ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A

Júlio Cesar Santos

Diretor Técnico